

NOTAS SOBRE A MICRO-HISTÓRIA: UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE CARLO GINZBURG E LUIS GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ

Natália Campos¹

Resumo: Com base nos postulados de Carlo Ginzburg e Luis González y González, este artigo tem por objetivo revisar o conceito de micro-história, averiguando a consistência de três concepções correntes sobre ela. A terceira e fulcral delas passa pela aproximação entre as narrativas historiográfica e ficcional, a partir de uma (suposta) dimensão retórica comum, da qual certos historiadores, marcadamente a partir da década de 1980, fizeram-se partidários. Nesse sentido, lançamo-nos a verificar se a índole expressiva da micro-história também reflete tal tendência, à luz de trabalhos de dois de seus mais notáveis proponentes. De Ginzburg, focalizaremos *Relações de força* (2000) e *O fio e os rastros* (2007), e, de González y González, *Otra invitación a la microhistoria* (1985). Como corolário desta reflexão, buscamos avaliar se a micro-história, ao questionar certos fundamentos da historiografia tradicional, modifica o compromisso com a verdade e a prova, motores do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Micro-história; verdade; prova; Carlo Ginzburg; Luis González y González.

NOTES ON MICRO-HISTORY: AN INTERLOCUTION BETWEEN CARLO GINZBURG AND LUIS GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ

Abstract: Based on the postulates of Carlo Ginzburg and Luis González y González, this article aims to review the concept of micro-history, investigating the consistency of three current conceptions about it. The third and most important one is the approximation between the historiographical and fictional narratives, based on a (supposed) common rhetorical dimension, of which certain historians, markedly from the 1980s, became partisans. In this sense, one sets out to verify whether the expressive nature of micro-history also reflects such trend, in the light of the works of two of its most notable proponents. By Ginzburg, the article will focus on *Relações de força* (2000) and *O fio e os rastros* (2007), and, by González y González, *Otra invitación a la microhistoria* (1985). As a corollary of this reflection, one seeks to assess whether micro history, when questioning certain fundamentals of traditional historiography, modifies the commitment to truth and proof/evidence, engines of historical knowledge.

Keywords: Micro-history; truth; proof/evidence; Carlo Ginzburg; Luis González y González.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (MG, Brasil). Especialista em estudos sobre arquivos (e suas ficções) e interfaces entre literatura e história. Autora de *O guru da Lopes Chaves* (Nea-Edições, 2016) e *Desinfinito* (Patuá, 2017).

INTRODUÇÃO: A HISTÓRIA E A “CRISE” DE REPRESENTAÇÃO HUMANA

Para o historiador e psicólogo holandês Eelco Runia, a comemoração é o fenômeno histórico principal de nosso tempo. A dimensão por ele focalizada é a estranha “inibição neurótica” (Runia, 2007, pp. 2-3, tradução nossa) do ímpeto de comemorar entre os historiadores, possivelmente, pelo receio de uma impropriedade. O resultado, como é natural acontecer a tudo que se reprime, é a prolificação agressiva da comemoração, seguida de sua banalização.

Em *Moved by the Past – Discontinuity and Historical Mutation* (2007), o que Runia pretende não é recriminar a compulsão comemorativa, mas dissecá-la, intento que Pierre Nora uma vez abraçara em *L'ère de la commémoration* (1997), parte III de *Lieux de mémoire*, segundo o próprio, sem sucesso. O historiador francês afirma que havia projetado a obra como exemplar de “história contracomemorativa”, justamente com o objetivo de refletir sobre um novo tipo de ardor rememorativo que varre, em particular, a França – o próprio berço dessa tradição, de matriz revolucionária –, entre as décadas de 1970 e 1980. No caminho, entretanto, viu a obra ser “devorada” (palavra de Runia) pela comemoração².

A atração pelos eventos “sublimes” comemoráveis, ou quintessencialmente memoráveis, nos numerosos espaços oficiais da memória dedicados aos horrores da humanidade, traduz, para Runia, sobretudo um afã de apurar responsabilidades diretas, pessoais, nominais. É dizer, levantar culpados: *outros* que não *nós* (Runia, 2007, p. 5, tradução nossa).

Ele lucidamente observa que, “quanto mais comemoramos o que fizemos, mais nos transformamos naqueles que não o fizeram” (Runia, 2007, p. 7, tradução nossa). Enquanto, todavia, for prioritário demarcar a alteridade desse sujeito perpetrador, localizado na terra estrangeira do passado, Runia considera

² Como aponta a historiadora Janice Gonçalves, a comemoração tampouco perdoou o próprio Nora, que, em 2011, ganhou uma biografia, *Homo historicus*, de François Dosse (Ver: Gonçalves, 2012, p. 28). No mesmo ano, saiu pela Gallimard uma reedição edulcorada de diversos artigos e ensaios de sua carreira, *Historien public*, a primeira de uma série de três obras (composta ainda por *Présent, nation et mémoire* e *Recherches de la France*), à qual Nora, muito ironicamente, referiu-se como projeto de “edição de si mesmo” (Nora, 2011, p. 11 como citado em Gonçalves, 2012, p. 29).

que persiste a evasão à questão fundamental da história: “Quem somos nós para que isso pudesse ter acontecido?” (Runia, 2007, p. 5, tradução nossa).

Nesse sentido, encontrando-se com Benjamin no interesse pelas descon continuidades e mutações históricas desencadeadas pelos eventos catastróficos, assim como pelos perigos da exacerbação do espírito comemorativo nos discursos progressistas (com quem o historiador, no Capítulo 1 do mencionado livro – *Burying the dead, Creating the Past*³ –, também dialoga estética e metodologicamente, ao organizar suas especulações em teses)⁴. Runia considera que a possibilidade crucial da história está concentrada nessa pergunta, em cujo caminho se coloca a diferenciação qualitativa entre o nós que praticou o inimaginável ato e o nós que quer, ardorosamente, comemorá-lo. Torna-se mais fácil compreender essa tentativa de dissociação, em parte inconsciente, tendo em conta o traço que, para Runia, caracteriza os históricos “atos de gente” (Runia, 2007, p. 4, tradução nossa): sua sublimidade – o imprevisível por quaisquer sãs consciências, e no entanto praticado por tantas daquelas que, supostamente, entre elas se incluíam – é uma das razões que nos impedem de nos colocarmos na posição de agentes (Runia, 2007, p. 6).

O problema, de ordem epistemológica, criado pela comemoração, concerne portanto à identidade: só se pode responder à pergunta “quem somos nós para que isso pudesse ter acontecido?” se o *nós* que praticou o ato não for qualitativamente diferenciado do *nós* que quer comemorá-lo (o paradoxo mora, em uma palavra, no fato de que é a essa diferenciação que, às vezes sem o saber, a comemoração se presta). Em algum lugar, o apontamento desse problema está ligado a um outro imbróglio, talvez maior: a crise de representação humana na história.

Em sua vastidão, esta crise é o que dá azo a práticas de história que buscam, por assim dizer, trazê-la “de volta” para nós, reagindo, por exemplo, à pouca expressividade dada àquelas experiências que afirmam, entre os in-

³ Considerações referentes ao primeiro capítulo da obra, “Burying the dead, Creating the Past” [Enterrando os mortos, criando o passado]. A versão consultada desse texto, porém, foi a publicada como ensaio na revista *History and Theory*, 46(3), sob título homônimo

⁴ Alusão às claridentes teses de Benjamin sobre história (nas traduções para o português, “Teses sobre a história”, ou “Sobre o conceito de história”), último texto escrito pelo pensador alemão antes de seu suicídio, em 1940.

divíduos, não a distância, mas os laços. Um exemplo é a categoria de análise batizada como *micro-história*, nosso presente objeto, apresentado logo a seguir. Ao incluir justamente eventos e sujeitos “menores”, os quais, aos olhos da historiografia convencional, seriam pouco ou nada *representativos*, a micro-história julga necessário expandir a operação historiográfica para além de domínios, mecanismos e embocaduras habituais.

Neste artigo, buscamos dá-la a conhecer, a partir de três concepções correntes sobre ela, as quais serão enfrentadas sob o prisma de dois de seus proponentes: Carlo Ginzburg, em *Relações de força. Retórica, história e prova* (2000) e *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício* (2007), e González y González, em *Otra invitación a la microhistoria* (1985). Nosso objetivo final é verificar se a micro-história – ao buscar debelar a referida “crise” – com uma proposta crítica aos fundamentos da historiografia tradicional, flexibiliza ou altera o compromisso do historiador com a verdade e a prova.

QUE HISTÓRIA É ESSA? TRÊS IDEIAS SOBRE A MICRO-HISTÓRIA

Em fins da década de 1930, a universidade de Estrasburgo, leste da França, é palco do surgimento do mais durável e influente movimento historiográfico do século XX, que ficou conhecido como Escola dos Annales. Reagindo a impasses teórico-metodológicos enfrentados pela disciplina histórica, a escola manifesta um questionamento dos fundamentos da historiografia dominante desde o século passado, cuja abordagem privilegiava as grandes estruturas e a história dos eventos (*histoire événementielle*).

Em todo o seu curso – num período compreendido entre as décadas de 1930 e 1990, reunindo, de ponta a ponta, nomes como Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Pierre Nora e Jacques Le Goff –, podem-se compilar entre suas mais importantes proposições a ruptura com o modelo de narrativa causal e teleológica de herança positivista e com a ênfase sobre a descrição sequencial dos eventos; a interdisciplinaridade, com incorporação de novos domínios de conhecimento, como a sociologia e a antropologia, ao radar do historiador, que também passa a cultivar uma formação eclética; a diversificação de fontes e metodologias; e a complexificação do tempo histórico.

Ainda no embalo dos debates da chamada “terceira geração” da escola, na década de 1980, e que irradiam do centro de gravidade francês para outros recantos do continente europeu, os historiadores italianos Giovanni Levi e Carlo Ginzburg formulam, na década de 1970, uma nova categoria de análise histórica, batizada como *microstoria*.

A micro-história, como o próprio nome indica, postula a microanálise histórica, que implica a redução da escala de análise do historiador, ocupa-se do indivíduo comum, seu cotidiano, subjetividade e mentalidade (natural, assim, que se possa dizer que o interesse primário do micro-historiador também sejam acontecimentos de curta duração). Esse material, comumente desprezado nas abordagens tradicionais, salvo, talvez, a pretexto de engordar as estatísticas e generalizações sobre o chamado homem médio nas empreitadas de história quantitativa (Ginzburg, 1987), torna-se a frente de trabalho do micro-historiador.

Mas a micro-história não se resume à escala reduzida, ou à história vista “de baixo”. Ela também se identifica por aspectos como a exploração dos múltiplos modos de participação dos atores individuais na história; a mobilidade dialógica mais sistemática entre as escalas macro e micro (conhecida como “jogo de escalas”)⁵, a frequência de outros tipos de fonte histórica, como as orais (um princípio dos Annales que, não raro, comparece radicalizado pelo micro-historiador, cujos périplos de pesquisa promovem encontros inusitados com fontes não usuais); e pela, até então inédita em historiografia, valorização da história e cultura orais.

Assim como entusiastas, a micro-história tem, desde o seu surgimento, críticos encarniçados: alguns a consideram demasiadamente experimental e especulativa, outros, até mesmo irresponsável. Há indícios, porém, de que uma parcela desses juízos se baseie em reduções e equívocos, a começar pelas suposições acerca do sentido de *micro*. Neste artigo, buscaremos apurar a consistência de três concepções correntes sobre a micro-história, a saber: (1) a micro-história, graças a uma redução de escala, manifesta-se a partir do *micro*, o que permite reputá-la como uma história das ‘filigranas’ ou das pequenas

⁵ Não à toa – *Jeu d’échelles* – é o título do emblemático livro organizado por Jacques Revel (1996).

coisas; (2) a micro-história pretende, em essência, ser um ‘negativo’ da história das superestruturas; desse modo, a primeira está sempre à sombra da segunda, é seu refugio; (3) os patronos da micro-história, a despeito do que os distingue em seus exercícios – especialidades, focos de interesse e linguagens – são consensuais quanto a um aspecto: a historiografia, por estar unida à ficção pela “dimensão retórica” (Ginzburg, 2000, p. 48), não mantém, tal qual a segunda, substancial relação com o mundo extratextual, o que flexibiliza, nela, a busca da verdade e da prova.

(1) A estatura do homem medieval, o valor da lágrima de uma carpideira no Antigo Egito, a vida etílica dos monges beneditinos, a filiação adúlterina das mulheres de classe média carioca no fim do século XIX... Com enquadramento documental, muito se chafurdam por aí detalhes (às vezes, literalmente sórdidos) e idiossincrasias das personagens do passado. É, o mais vezes, o caso das dramatizações da história, veiculadas em livros, filmes e programas dedicados à popularização de temas de alçada científica.

Não é improvável embarcar em uma compreensão equivocada de micro-história que, quando não se enquadre nessa descrição, se assemelhe em muito a ela, a de um subproduto fantasiado de curiosidade e selo históricos. Possivelmente, esse engano tenha origem em uma interpretação literal do significado de *micro* quando justaposto à *história*, do qual se infere uma história de ninharias ou de coisas secretas e, quiçá, indecorosas, apenas acessíveis a investigadores com poderes de adivinhação ou, no mínimo, muito dispostos. Como observa González y González, embora verdadeiro afirmar que a micro-história promove, de rodapés a cabeçalhos, aqueles temas de dimensão menor, comportados por geografias e eventos curtos, cujos protagonistas são tipos plebeus –, ela não pode ser confundida com um “catálogo de detalhes soltos” (González y González, 1985, tradução nossa), nem com um exemplar de história antiquária.

Nesse sentido, pode-se dizer que a micro-história apresenta uma vocação para história ‘liliputiana’? Não exatamente. Sim, ela é capaz de reter o pequeno (às vezes, oculto, exótico, anedótico e até surreal), como um pente de dentes menores desliza por fios mais finos. No entanto, não se pode esquecer que, na qualidade de operação historiográfica, ela não se mobiliza diante de um tema

apenas porque ele cumpre um requisito de tamanho, mas mediante o que ele tem a dizer e, é claro, a possibilidade de desenvolvê-lo a partir de objetivos claramente estabelecidos, subsidiado por fontes válidas.

Trata-se, em síntese, não de uma história que fala *das* pequenas coisas, mas que fala *por meio* delas.

(2) Sim, um entendimento apriorístico da micro-história é o de que os gestos individuais merecem um lugar na história condigno às “gestas dos reis” (Ginzburg, 1987, p. 17), ao qual a objeção vem gradualmente sendo substituída por uma atitude de inconsequente euforia diante dessa “nova” possibilidade de história. Mas às justificativas exaustivas de por que (e como) nos voltarmos para a singularidade, devemos antepor um outro *por quê?*: por que esse interesse persiste sob constante suspeita e vigilância, exigindo periódicas acareações? Por que o *micro* ainda é o menor, a sombra temível, o avesso? Parece importante deixar essas perguntas ressoarem, porque, enquanto tais, são mais propulsoras que as tentativas de as responder de maneira absoluta, tentativas que poderiam nos levar a conclusões simplistas sobre esta ou aquela forma de história. Em todo caso, é igualmente importante reconhecer que essa concepção vem do tratamento equivocado que o micro ainda recebe, o que nos inspira algumas divagações.

Tomemos uma pergunta que objetivamente se empresta à teorização formal: o que legitimaria a sondagem do micro, afora a alegação habitual de que o macro pede ser complementado ou redimido de suas falhas? É certo que não é necessário visitar o micro para sabermos a cor do cavalo branco de Napoleão. O micro não é acionado para ratificar ou desqualificar o macro, nem deve ser encarado como uma reserva que sana suas deficiências, do contrário – já adverte Ginzburg (1987) –, o velho positivismo estará fazendo novas vítimas; só terá mudado o sítio arqueológico.

Para desfazer este segundo mito acerca da micro-história, em primeiro lugar, devemos desidentificá-la de uma futilidade novidadeira, ou de uma panaceia para os ametódicos, que abre atalhos para quem não quer enfrentar estradas cheias.

Em segundo, podemos otimizar tempo destacando que a micro-história não perde de vista o balanceamento entre a “dignidade teórica do individual e a fecundidade metodológica do qualitativo”, nem se coloca como um tipo de

análise excludente, para prejuízo da já conquistada “diversidade de abordagens no ‘fazer da história’” (Gomes, 2004, p. 123). A micro-história trabalha em prol de um manejo da história mais inclinado à dinâmica entre as escalas, aos fluxos entre o interior e o exterior, o centro e as periferias, o grande e o pequeno.

Conhecer o micro, sobretudo, não deve se esgotar no princípio de que *um* nos informa do *nós*, isto é, contemplar os indivíduos apenas na medida em que se repetem. O pretexto do mapeamento quantitativo partindo de recorrências estatísticas não exprime um interesse real no indivíduo, já que o que se esperaria encontrar, nesse caso, seria apenas o boneco do homem médio (numa espécie de “viu um, viu todos”). Tampouco esse interesse deve estar condicionado à ocorrência de uma exceção ou um *fait divers*, o que seria, uma vez mais, como exigir que a singularidade nos provasse sua importância. A atração pela história local, pelos temas do cotidiano e da vida privada dos indivíduos – familiar, subjetiva, sexual, afetiva, recreativa, alimentar etc. –, por si só, também não é suficiente para materializar a micro-história, muito menos a mera personalização do interesse histórico, ou sua circunscrição à aldeia. A micro-história se cumpre, e Carlo Ginzburg o corrobora, quando o historiador se dispõe a *contar* a história (Ginzburg, 2007, p. 264).

Um dos primeiros e mais afamados exemplos de trabalhos a seguirem tal orientação é *O queijo e os vermes* (1976), do mencionado Ginzburg, livro em que o historiador medievalista se dedica a contar a história de um moleiro que viveu no século 16, Domenico Scandella (vulgo Menocchio), condenado à fogueira por heresia pela Inquisição italiana. O interesse pela vida desse “ninguém” surgiu quando Ginzburg, ao folhear documentos inquisitoriais do Arquivo da Cúria Episcopal em Údine, na Itália, deparou-se com uma acusação a um réu que “sustentava que o mundo tinha origem na putrefação” (Ginzburg, 1987, p. 11). A declaração insólita – atribuída a esse que poderia ser mais um representante das massas, não fosse o estranho fato de ser letrado e de trombetear sua autonomia consciencial – norteou uma investigação que desembocou em uma conclusão óbvia, mas que, ainda hoje, parece ser geradora de uma contradição *non grata*: Menocchio era “como nós” e, ao mesmo tempo, “muito diferente de nós” (Ginzburg, 1987, p. 12). A persistente dificuldade em conciliar a identidade com a singularidade é umas das questões que o li-

vro de Ginzburg busca enfrentar, ao narrativizar o cotidiano e a mentalidade de um indivíduo cujo valor para a história radica precisamente na complexa humanidade que ele personifica.

Para honrá-la, Ginzburg fica então diante da necessidade de reabilitar a narrativa como instrumento historiográfico, mas colocando os dois pés em fuga de uma galvanização da narrativa teleológica da *histoire événementielle* e da onisciência do historiador-narrador (Ginzburg, 2007, p. 265). O autor não persegue, nem alega, um acesso integral aos fatos, mas, antes, franqueia e incorpora, como elementos narrativos (Ginzburg, 2007), as lacunas e incertezas que cercam a vida de Menocchio, as quais, a despeito da farta documentação disponível sobre o caso, eram muitas. Mas, para além destas, o historiador também tropeça em suas próprias perguntas e hesitações – também deixadas à vista do leitor –, as quais vão modelando uma narrativa bem-resolvida com os limites que se colocam ao fazer histórico, considerando-se a autonomia do historiador de inferir o que é “extremamente verossímil” e, portanto, “(quase) certo” (Ginzburg, 2000, pp. 57-58). Nessas condições, a assunção destes limites não é limitadora, na medida em que o historiador os contorna por meio da própria narração:

Eu propusera a mim mesmo reconstruir o mundo intelectual, moral e fantástico do moleiro Menocchio por meio da documentação produzida por aqueles que o tinham mandado para a fogueira. Esse projeto, sob certos aspectos paradoxal, *podia* [grifo do autor] traduzir-se num relato capaz de transformar as lacunas da documentação numa superfície uniforme. Podia, mas evidentemente não devia: por motivos que eram ao mesmo tempo de ordem cognitiva, ética e estética. Os obstáculos postos à pesquisa eram elementos constitutivos da documentação, logo deviam tornar-se parte do relato; assim como as hesitações e silêncios do protagonista diante das perguntas dos seus perseguidores – ou das minhas. Desse modo, as hipóteses, as dúvidas e as incertezas tornavam-se parte da minha narração; a busca da verdade tornava-se parte da exposição da verdade obtida (e necessariamente incompleta). (Ginzburg, 1987, p. 265).

Contar a história, desse modo é, antes de mais nada, dizer: ‘sou eu quem conta’. E enquanto conta, o micro-historiador se empenha em pôr em uso todo o seu raio de visão, sem normalizar aquilo que é capaz de ver de frente, nem

desprezar aquilo que apreende apenas pelo canto do olho. Nesse movimento, ele não só se vê às voltas com os rastros presentes na documentação examinada, como também cria, ele mesmo, outros rastros, os de seu próprio périplo de pesquisa. Assim, o resultado do texto é a exposição do entremeamento desses rastros, e se o micro-historiador “supera” (Ginzburg, 2007, p. 271) as lacunas é por não tentar eliminá-las, mas por tecer com elas, assumindo sua própria linha, o que significa exercer liberdade para criar conexões entre os elementos presentes e os faltantes, o que também é mostrar as desconexões. Em outras palavras, a narrativa se entretetece nos interstícios entre o que se sabe e o que não se sabe, mas pode ser apreendido ou suprido, configurando um método que, embora pareça desconfigurar o compromisso histórico, dá a ele sua mais acurada definição.

Esse método de tessitura se volta para os vestígios ou sintomas ignorados ou rebaixados pela macro-história, e que se dão a ver tanto em fontes usuais, não antes indagadas a partir dos deslocamentos nos sentidos dados, quanto em fontes involuntárias. Nomeado por Ginzburg como *paradigma indiciário* (Ginzburg, 1989), o método descreve uma série de operações que evidenciam como a micro-história não consiste simplesmente no uso de uma lente com *zoom* para obter respostas a partir de palpitantes miudezas. Consiste, também, em opor perguntas ao que parece não ter nada a dizer, o que amplia o ângulo de visão do pesquisador.

A compreensão da produção de conhecimento histórico a partir desse tipo de heurística pode remeter à tradição da história dos vestígios praticada por pensadores heterodoxos da história, como Benjamin e Didi-Huberman, cada qual com os sentidos específicos que lhes atribuem. Trata-se de uma tradição atenta à irrupção de índices históricos obsedantes, muitas vezes em uma intermitência sutil, não visível sob a luz diurna das convenções históricas, isto é, cujo fulgor só é apercebido por um observador justo. Para isso, é necessário abraçar a narrativa como uma espécie de lançadeira, ou seja, como instrumento que tece, em si mesmo, o passado como objeto de estudo, a partir de uma postura assumidamente implicada do historiador, consciente da infinidade de montagens possíveis que resultam das ricas combinações entre os fios. Essa abordagem refuta a antiga relação positivista com o passado como *ontos* espelhada nos compilados documentais.

(3) A manipulação consciente da narrativa a serviço do conhecimento histórico, para Ginzburg, deve ser cuidadosamente distinguida de uma redução da historiografia à retórica. Ele entende que, sim, fazer história “é sempre, de alguma forma, contar histórias” (González y González, 1985, tradução nossa), em que está de acordo com o micro-historiador mexicano Luis González y González. Porém, enquanto o último aposta mais em uma paridade direta da narrativa historiográfica com a expressividade literária – encaminhada para o registro ensaístico, sendo enriquecida por certas brincadeiras e efeitos literários (González y González, 1985) –, Ginzburg prima pelas razões que as diferenciam, pela reafirmação da exploração exaustiva das fontes e a descrição etnográfica.

Trata-se, é fato, menos de uma dissonância entre eles quanto a esse ponto fundamental, e mais de uma particularidade de ênfase/prioridade. Os encontros e desencontros entre Ginzburg e González y González serão abordados mais à frente.

Ginzburg, não obstante ciente – e instigado – pela partilha do campo do verossímil existente entre a narrativa historiográfica e a ficcional, assim como da retórica, não abre mão da *verdade* (tendo em vista a particular disposição do historiador perante a prova) como compromisso maior do historiador, a qual confere especificidade a ele e seu campo discursivo.

Importante chamar a atenção para o fato de que o italiano, contrariando algumas das precipitadas conclusões sobre o posicionamento dos micro-historiadores em meio às vertentes historiográficas existentes, e, por conseguinte, sobre o próprio conceito de micro-história, é um crítico ferrenho das teses céticas baseadas na identificação (em sentido redutivo) da história à retórica, ou à sua dimensão narrativa (Ginzburg, 2000). No livro *Relações de força – história, retórica, prova* (2000), ele alerta para os riscos do fascínio despertado pela retórica nos historiadores desde a década de 1980, dando forma a uma incansável campanha antipositivista, encabeçada por nomes como Hayden White, Peter Munz e Roland Barthes. Para Ginzburg, não só é urgente a necessidade de reabilitar o conhecimento histórico como possível, apoiado nas fontes arquivísticas, que o tornam controlável e verificável, mas também de demolir a degenerada concepção de retórica, como

uma saída/subterfúgio à falta de prova, estritamente associada ao propósito de convencimento. Ginzburg observa tratar-se de uma ideia não recém-criada, mas já partilhada por Platão e pelos sofistas. Aristóteles, porém, a rechaça com energia, identificando “na retórica, um núcleo racional: a prova, ou melhor, as provas” (Ginzburg, 2000, p. 49).

Sete anos separam a redação dos dois trabalhos ora ventilados de Ginzburg: *Relações de força* (originalmente publicado em inglês, em 1999, como *History, Rhetoric, and Proof. The Menachem Stern Jerusalem Lectures*, posteriormente ampliado em edição italiana, *Rapporti di forza. Storia, retorica, prova*, de 2000) e *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício (l filo e le tracce. Vero falso finto*, de 2006). Inserindo-os em um contexto de produção e analisando-os individualmente, parece ser válido para a discussão em curso tomar um instante para contrastar seus projetos, já que há, entre eles, uma notória diferença de registro. Um de seus motivos, é claro, é o fato de abraçarem diferentes objetivos, de modo que cada um revela um Ginzburg: no primeiro, está em cena o causídico do trabalho do historiador e da especificidade do campo historiográfico – ambos ameaçados por nociva tendência –, que visita as origens aristotélicas dos conceitos de retórica e historiografia, e os usos a eles emprestados pelo Estagirita, à cata de argumentos que estruturam sua defesa; no segundo, o inventivo teórico da micro-história, em seu próprio laboratório de elucubrações.

Diante desses ‘dois’ Ginzburgs, não necessariamente em conflito, seria lícito decidir o posicionamento do historiador turinense, em poucas palavras, como o de um defensor do ecletismo de abordagens e fontes na prática historiográfica, mas jamais das concessões no que diz respeito à fundamentação, ou das ‘liberdades’ que apartam a história de seu compromisso primordial e inegociável: a verdade. Com a finalidade de iluminar, sob outro ângulo, a noção pretendida por Ginzburg para a tessitura com lacunas na narrativa histórica (há pouco comentada), à qual ele se dedica em *O fio e os rastros*, chamamos agora diretamente o texto de *Relações de força*. Será necessário nos colocarmos dentro de um segmento do labirinto de evidências de história e cultura helênicas agrupadas por Ginzburg, visivelmente empenhado em provar sua tese – a de que prova é o núcleo da retórica – pelo exemplo.

Em *Relações de força*, Ginzburg lança-se à dupla missão de mostrar como, no passado, a prova/evidência era intrínseca à retórica (e não o seu avesso, como, a partir de certa altura, passa-se a crer), e que, pela prova, uma prática historiográfica, “muito mais realista e complexa” (Ginzburg, 2000, p. 13), é possível. Seu ponto de partida é a postura crítica de Aristóteles com relação à historiografia na *Poética*, vocábulo que ele retira de Heródoto, cujo estilo também critica, por considerá-lo “antiquado” (Ginzburg, 2000, p. 57). Aristóteles, porém, não o faz na própria *Poética*, mas na *Retórica*, em que também a referenda em um sentido, como veremos a seguir, ainda hoje, familiar (Ginzburg, 2000, pp. 56-57).

Como explica Ginzburg em nota à edição italiana, a distinção entre prova e evidência, introduzida por Aristóteles na *Retórica*, é preservada no inglês: *proof* e *evidence*, em que a primeira diz respeito às provas não técnicas e a segunda, às técnicas. Em línguas como o italiano e o português, tal distinção se dilui. Por outro lado, nelas, *provare*/prova agrega um outro sentido, o de experimentar, pôr à prova (o que passaria a ser expresso, no inglês, pelo par *trial and error*). Anunciando o ponto de culminância de sua argumentação no livro, Ginzburg advoga que a linguagem da prova passa então a traduzir a atitude não do enunciador que pode prover todas as certezas, mas que, diferentemente, “submete os materiais de pesquisa a uma aferição permanente” (Ginzburg, 2000, p. 11).

Entre as provas não técnicas (pertinentes, portanto, à *proof*) do gênero judiciário – aquelas ocupadas com o passado, “com a busca da causa e a demonstração” (Ginzburg, 2000, pp. 53-54). Aristóteles arrola os “os testemunhos, as confissões feitas sob tortura, os documentos escritos e similares (1355b)”, acrescidos de leis e juramentos (Aristóteles como citado em Ginzburg, 2000, p. 49). Já entre as técnicas, incluem-se o exemplo (*paradeigma*) e o entimema. Ginzburg dirige às últimas seu interesse, particularmente ao segundo tipo.

O entimema, em definição sucinta, é um silogismo incompleto ou abreviado, um conjunto de premissas em que nem todas estão expressas, por serem de conhecimento comum. Logo, o ouvinte pertencente ao mesmo contexto em que o entimema é formulado é capaz de completá-las, exercendo sua capacidade dedutiva: no exemplo dado por Aristóteles, se alguém ganhou uma

coroa de louros como prêmio da olimpíada é porque venceu os jogos – a última informação é passível de inferência (Ginzburg, 2000, pp. 50-51).

Ginzburg prossegue, apoiado sobre outros comentadores, como o historiador britânico Geoffrey de Sainte Croix, que perseguem traços da leitura do historiador grego Tucídides em Aristóteles, dando agora notícia de duas expressões por este utilizadas ao examinar, na *Retórica*, a fonte dos entimemas: *semeion* (signo) e *tekmerion* (signo necessário) (Ginzburg, 2000, p. 56). Anota Ginzburg:

A distinção formulada entre signo (*semeion*) e signo necessário (*tekmerion*), embora ostensivamente relacionada com a retórica judiciária, poderia ter sido instigada pelo uso pouco rigoroso que Tucídides, e talvez outros, fizeram dela. . . . Tucídides enxerga, na distribuição dos templos sobre a Acrópole, a prova de que ali se localizava o centro mais antigo da cidade (II, 15,3). Em ambos os casos se propõe uma prova: mas, no primeiro, o termo usado é *semeion*, no segundo, *tekmerion*. Na terminologia de Aristóteles, este último estava reservado para as conexões naturais e necessárias que permitem formular um verdadeiro e próprio *sylogismos*. . . . Tucídides, no entanto, usa o vocábulo *tekmerion* mais ou menos como sinônimo de *semeion*, para indicar conexões não necessárias, válidas *epi to poly* [geralmente]. (Ginzburg, 2000, p. 56).

Mais adiante, Ginzburg argumenta que, apesar da crítica de Aristóteles à historiografia, a atitude global do Estagirita diante da história merece ser reexaminada, já que foram os seus discípulos a inaugurarem o trabalho de pesquisa em arquivos – que, para os gregos, inseria-se no ramo da arqueologia, e não da historiografia (Ginzburg, 2000. p. 60). Ginzburg levanta, por fim, a hipótese de que Aristóteles tenha se interessado justamente pela dimensão arqueológica do trabalho de Tucídides, cujas conjecturas, sobre “o invisível”, também se apoiam no “visível”, em traços ou rastros (Ginzburg, 2000, p. 57).

Alinhavando todos esses elementos, Ginzburg sistematiza três formulações sobre a historiografia, conforme o “núcleo essencial” que Aristóteles lhe atribui na *Retórica*:

1) A história humana pode ser reconstruída com base em rastros, indícios, *semeia*;

2) tais reconstruções implicam, implicitamente, uma série de conexões naturais e necessárias (*tekmeria*) que têm caráter de certeza: até que se prove o contrário, um ser humano não pode viver duzentos anos, não pode encontrar-se, ao mesmo tempo, em dois lugares diferentes etc. e

3) fora dessas conexões naturais, os historiadores se movem no âmbito do verossímil (*eikos*), às vezes do extremamente verossímil, nunca do certo – mesmo que, nos seus textos, a distinção entre ‘extremamente verossímil’ e ‘certo’ tenda a se desvanecer. (Ginzburg, 2000, pp. 57-58)

O historiador pondera, assim, que, desde Tucídides, os historiadores vêm preenchendo, o mais das vezes de maneira tácita, as lacunas encontradas na documentação com aquilo “que é (ou a eles parece) natural, óbvio e, conseqüentemente, (quase) certo” (Ginzburg, 2000, p. 58). Sua posição é, portanto, cristalina: não há razão sólida para que as incertezas e imprecisões que se apresentam ao historiador obstaculizem ou desviem o fazer historiográfico. Deduzir, de maneira embasada, suprimindo o que não está dito mas implícito (o que amarra esse esforço à lógica), e desenhar contextos, pelos quais o leitor de cada época pode se conduzir, eis o que faz a historiografia. Nesse sentido, para Ginzburg, se podemos falar em imaginação histórica, ela se discrimina da estético-ficcional por manter, em todas as etapas da atividade do historiador, um vínculo com a realidade extratextual, cuja liberdade se projeta dentro dos limites das fontes, ou seja, sem prejuízo da verdade.

Convidamos agora nosso segundo comentador, Luis González y González. Suas considerações acerca da qualidade humanística da micro-história, e do recurso a efeitos próprios da linguagem literária, criam o fio para aferir se e como o posicionamento da historiografia, a partir da visada do micro-historiador mexicano, muda no que toca aos encontros e desencontros entre as narrativas histórica e ficcional.

Buscando fazer justiça a González y González, como a Ginzburg, é preciso esclarecer os termos da comparação possível entre eles. Há, decerto, um consenso quanto ao essencial: o perfil do micro-historiador e as bases da

pesquisa micro-histórica. Isso, é claro, não os poderia isentar de suas mil e uma nuances, dadas as particularidades de seus projetos e estilos – a desigualdade de formações, interesses, enfoques e instrumentais, e que até mesmo leva a uma dificuldade de intercâmbio entre os micro-historiadores, reforça González y González, é própria do recanto da micro-história (González y González, 1985). Seria, portanto, difícil sustentar um cotejamento que partisse das tradicionais categorias estanques de semelhanças e diferenças. É possível, porém, revelar prioridades e inclinações que ora os aproximam, ora os afastam.

Uma das preocupações de que Luis González y González sempre esteve imbuído ao longo de sua extensa carreira foi com a afirmação do campo da micro-historiografia. Nesse sentido, é comum o apanharmos inventando e reinventando uma estética do micro-historiador, como uma personagem: o que faz, como faz, por que faz.

Em *Otra invitación a la microhistoria*, de 1985 – como nos demais trabalhos do ciclo de convites *Invitación a la microhistoria*, de 1972, e *Nueva invitación a la microhistoria*, de 1982 –, uma coisa resta clara: não há um micro-historiador. Talvez como nenhum outro, ele é um historiador que se customiza à vista de cada nova empreitada, conforme as necessidades de seu objeto.

Na mencionada obra, ele afirma: “Micro-historiadores são gêmeos por caráter, e não por ética profissional” (González y González, 1985, tradução nossa). E, ao nos presentear com uma interessante tentativa de lhes traçar os perfis, organiza-os em três: um que procede como a formiga, outro como a aranha, outro como a abelha.

O primeiro é, essencialmente, um “compilador disfarçado”, um transportador de “notícias do túmulo dos arquivos” (González y González, 1985, tradução nossa) para a forma do livro. Sua ética, estranhamente, é ainda a de natureza positivista, norteadas por cinco princípios, dos quais destacaremos um:

- 1) o bom historiador não é de nenhum país e de nenhum tempo;
- 2) procede ao trabalho sem ideias prévias ou preconceitos;
- 3) devora seus amores e seus ódios;
- 4) não é rueiro, gosta do escuro e do canto, é armário, arquivo e rato de biblioteca;
- 5) ele não se preocupa em compor e escrever bem, ele só tem que cortar, pagar, aviar um monte de tesouras e colar. (González y González, 1985, s.p., tradução nossa).

O segundo, o “micro-historiador-aranha”, é personalista e autoindulgente, o que lhe destitui do status de historiador:

A arrogância da micro-historiador-aranha contrasta com a humildade da micro-historiador-formiga. . . . Ele atribui mais importância à imaginação do que à investigação e à expressão de sua própria maneira de ser do que à comunicação do conhecimento. As obras do sábio-aranha não são nem mais nem menos que teias de aranha emitidas por si mesmo e não transmitidas de algo. . . . O ideal aracnídeo produz artistas brilhantes que não são verdadeiros historiadores. (González y González, 1985, s.p., tradução nossa).

Já o terceiro, corrigindo os excessos dos anteriores, parece ser a versão mais lídima do micro-historiador:

O terceiro tipo imita o comportamento da abelha que coleta, digere e tira mel do suco de uma infinidade de flores. . . . Ele luta e simpatiza com suas ferramentas de trabalho; é crítico rigoroso e hermenêutico compassivo. Ele busca ser um homem de ciência quando se trata de estabelecer os fatos e torna-se um artista quando os transmite. (González y González, 1985, s.p., tradução nossa).

Essa última descrição se mostra muito afinada com as condições que, para Ginzburg, o bom historiador segue, a ponto de dizermos que ela facilmente poderia ser atribuída ao italiano: a de quem critica e inquire permanente suas provas (apresentada nas primeiras considerações de *Relações de força*) e a de quem cria, com rastros que podem até partir de si mesmo, teias que contam histórias, mas não se amolece nem demove do propósito de estabelecer os fatos (elaborada em *O fio e os rastros*).

Até aqui, poderíamos assentar como válida para ambos a asserção de que o historiador, desde que honre seu contrato com a verdade – o que pressupõe uma observância às fontes –, é, como outros narradores, um usuário da retórica. Entretanto, conforme vimos, isso não é suficiente tampouco justo para Ginzburg, que resgata a retórica em seu sentido ‘originário’, manipulada pela autoridade aristotélica, reclamando de volta a especificidade de sua utilização pela historiografia (domínio que, embora nativamente diferenciado da arqueologia pelos gregos, passa a se confundir com o da última pelos discípulos de Aristóteles, pioneiros da pesquisa em arquivos).

Outro aspecto poderia talhar a suposição de uma concórdia entre González y González e Ginzburg. Dessa vez, trata-se de uma colocação do

historiador mexicano no supracitado texto, pela qual ele incorre em uma aparente contradição com um dos traços de sua própria descrição do “micro-historiador-abelha”:

De fato, de acordo com Collingwood, “qualquer coisa pode se tornar um documento ou uma prova para qualquer pergunta” (Collingwood, 1952, p. 301 como citado em González y González, 1985, tradução nossa). *A micro-história, como regra, não costuma ter tantos testes quanto a macro-história*. No caso de comunidades rústicas, testemunhos diretos e fontes literárias são muito raros. O micro, além de documentos, utiliza como testemunhos marcas terrestres, aerofotografias, construções e mobiliários, onomástica, sobrevivências e tradição oral. (González y González, 1985, s.p., tradução nossa).

Se o micro-historiador – pelo que se pode inferir, o bom ou verdadeiro – é um “crítico rigoroso”, que confia ao mesmo tempo que coloca seus materiais e ferramentas à constante prova, soa algo incoerente que, um momento depois, González y González sugira que a micro-história, em face das provas menos usuais, algumas vezes, involuntárias, de que se vale, submeta-se menos a testes, ou, ainda, que careça menos deles que as provas na macro-história. Em nome da própria segurança da micro-historiografia como abordagem, natural seria pensar justamente o contrário: se menos habituais (raramente escritas), maiores as chances de que sua validade tenha sido pouco ou nada apurada, o que torna essa necessidade tanto maior. Dado esse caráter das provas, assim também, lógico concluir que muitos dos parâmetros para tal verificação ainda não existam, o que significa que eles devem ser forjados pelo próprio micro-historiador em ação.

Ainda no quesito do tratamento das provas que dele se espera, as reflexões de Ginzburg e González y González, agora claramente dispostas, não se desvencilham da insistência de uma questão que atravessa todas as variedades historiográficas existentes, à qual viemos: a epistemologia da verdade. Nomeadamente a filosofia da história, seja ela aproveitada em discussões apenas teóricas, ou também assimilada pela prática, lida quase que invariavelmente com esse tema fulcral, em esforços múltiplos para apaziguá-la, às vezes bem, às vezes malsucedidos. De um lado, a convicção numa verdade maciça, que nutre o discurso filosófico sobre a categoria histórica corrente no século XIX

(e que nem o positivismo endossou inteiramente); de outro, a flexibilidade relativista, que afiança uma indecidibilidade entre jogo e verdade, para alguns, equivalente a um ‘sequestro’ do conhecimento histórico.

Sem qualquer pretensão de oferecer um alento conclusivo, mas, bem ao contrário, de repercutir a irresolução com perguntas inspiradas em percepções e enunciados sobre a história oriundos de outros campos que também se propõem a pensá-la, é útil interpelar a micro-história sobre o mesmo tópico: será ela uma variedade de história que renuncia ao fetiche pela(s) verdade(s)? Não estaria ela, ao também tratar os artefatos históricos, muitos deles nem reconhecíveis como tais em outros tipos de análise, como jazidas na reconstituição das sociedades e culturas do passado, alimentando o realismo arquivístico-documental, apenas a partir de outros impulsos (uma história ouvida de um velho, uma ruína local, uma leitura livre)? (González y González, 1985, s.p.) Em outra clave, se o micro-historiador concorda que a história “não está obrigada a se desfazer de nenhuma verdade, muito menos de toda a verdade” (González y González, 1985, s.p., tradução nossa), ele está operando em simultâneo com dois sentidos de verdade (plural e singular)? Nessa hipótese, essa operação pode ser dada como válida para a história?

Tanto Ginzburg quanto González y González são bem-sucedidos em fazerem reverberar tais perguntas.

A HISTÓRIA E: UMA CONCLUSÃO

A conversa proposta entre os dois micro-historiadores passa a um último e determinante tópico: a índole expressiva da micro-história.

Em item intitulado “A síntese micro-histórica”, de *Otra invitación a la microhistoria*, González y González opina:

Não há por que ter vergonha de confessar: micro-história e literatura são irmãs gêmeas. . . . A micro-história se adapta bem à linguagem que admite a qualificação de humanista, que é como a do ensaio, não como a das ciências humanas. (González y González, 1985 s.p., tradução nossa).

A micro-história, dessa maneira, comportaria a qualificação de “humanística”, o que, para González y González, aproxima-a estilisticamente da literatura, ou melhor, de recursos e efeitos que protagonizam a linguagem literária. A presença desses traços se justifica por desempenhar o discurso humanístico uma função não apenas comunicativa e informacional, mas também expressiva. A micro-história, ao exercitar tal discurso, que incorpora a vivência do historiador com o tema que tem diante de si, se faz com uma dose de arte.

Portanto, também está entre as atribuições do micro-historiador o cuidado com a forma; não é porque seu dever primeiro é para com a delimitação de fatos (o que confere a seu ofício um estatuto propriamente científico) que a estética do texto seja indiferente, ou admita desleixo. Tal estética também compõe o empreendimento histórico nomeado como micro-história, com vistas ao que González y González entende ser uma história concreta, com rosto, um tecido feito de muitos retalhos, muitas histórias. Sua espécie, se é que precisá-la não se choca com sua própria natureza, é o ensaio.

O ensaio, justamente, designa um texto sem forma fixa, que flutua entre o objetivo e o subjetivo e maneja diferentes tipos textuais (entre eles, a ocasiões, a narração). Nele, o articulador tenta, ou ensaia, sem rede de apoio, uma reflexão: ele abre sua oficina de pensamento, sem necessariamente se equilibrar em provas e conclusões sólidas. Nesse sentido, o ensaio também tem a ver com a capacidade deste articulador de trabalhar propriedades da linguagem de modo a refletir a sopesagem humana de uma matéria, isto é, (ricamente) inexata.

Ainda que não se deva tomar o ensaio como expressão única, desde sua origem, no seio da filosofia, pelas mãos de Michel de Montaigne e Francis Bacon, sua marca dominante é o encontro entre as forças intelectiva e sensível, o que, é claro, será bastante associado à arte literária. O ensaio põe ênfase no conhecimento como percurso, e não como resultado, prezado, acima de tudo, pela ciência dura. Assim, resgata a presença de um sujeito vivo (ao contrário do sujeito impessoal), cujas aventuras de apropriação de um tema dão no que se guardará por *conhecimento*.

Ainda que o ensaio seja uma dicção muito celebrada entre os humanistas, pode-se objetar – e, aqui, essa objeção pode ser estruturada a partir do próprio Ginzburg – que sua informalidade colida com a formalidade do

instituto da prova na historiografia. Isso talvez possa levantar mais uma razão para considerar a micro-história um tipo de análise que carrega uma bandeira paradoxal: servir, por um meio metódico (se ela se quer *história*, em seu sentido mais rigoroso) a uma finalidade humanística.

A micro-história, abordagem ora focalizada, parece ainda reincorporar à historiografia o sentido ‘vulgar’ de história, como possibilidade inespecífica, apreensível pela primeira (mas jamais inteiramente) a partir de diversos mecanismos e ferramentas, que buscam contorná-la em sua amplidão. Graças ao exercício reflexivo que permite essa compreensão, e que também sustenta a posição marginal ocupada pela micro-história, esse tipo de análise se lança a um campo de experimentações com outros flancos dessa história, o que muitas vezes a impele aos limites do historiografável. Isso pode explicar, em parte, sua situação paradoxal: porque ela pretende abraçar uma história que se quer reconhecida como parte da historiografia, apesar de, pelos modos convencionais, não revelável. Em outras palavras, a micro-história não deseja, nem pode, prescindir de sua legitimidade, ainda que controvertível, perante a disciplina científica, do contrário, ela sacrificaria suas ambições para a história que a mobiliza.

E que história é essa? Uma história que se bifurca e modifica à medida que conecta novos elos à sua corrente, o que, na legenda da micro-história, é a história que se manifesta pelos muitos “atores da vida pequena” (González y González, 1985) (a escala reduzida também favorece a pluralidade). Na companhia de cada um deles, vêm à tona histórias que, embora possam criar relações ou desacordos com as histórias contadas – substrato do conjunto a que Jean-François Lyotard deu o nome de *Grand Récit* –, não se limitam a ressignificar, reescrever, levedar ou desmoralizar as histórias contadas, nem serão sempre indexáveis às últimas como peças desaparecidas de um quebra-cabeça.

Nesse sentido, há que se trocar o verbo que introduz um objeto fechado para a história pela conjunção aditiva, que o incrementa e desloca ao lado de cada nova companhia, assim: de ‘a história é’ para ‘a história e’, ou, ainda, ‘a história com’. Nessa perspectiva de conectividade, falar de uma história *com* é também falar de uma escrita aberta, a muitas mãos, em um impulso que emana de vários sujeitos e campos de conhecimento. Diferentemente da história que *é*, na qual alguém será sempre deixado de fora, a história *com* é a perspectiva simbólica para uma história domiciliada em nós, e não disputada por nós.

Essa perspectiva encerra um norte à produção de novos textos, pela inclusão de novas massas memoriais ao arquivo maior da historiografia, tanto quanto às releituras dos registros e fontes já consultados, cujas leituras consolidadas tantas vezes servem a interesses políticos vigentes. Traduzindo, em exercício, a qualificação humanista atribuída à micro-história, tal perspectiva poderá lançar luz sobre faces pouco ou nunca reveladas da história, contribuindo para contá-la, em sua sempre incontornável, complexidade.

REFERÊNCIAS

- Ginzburg, C. (1987). *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (M. B. Amoroso, Trad.). São Paulo: Cia. das Letras.
- Ginzburg, C. (1989). Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*. (F. Carotti, Trad., pp. 143-275). São Paulo: Cia. das Letras.
- Ginzburg, C. (2000) *Relações de força. História, retórica, prova* (J. B. Neto, Trad.). São Paulo: Cia. das Letras.
- Ginzburg, C. (2007). *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. (R. F. e E. Brandão, Trad., pp. 249-279). São Paulo: Cia das Letras.
- Gomes, A. C. (2004). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Gonçalves, J. (2012). Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, 3(3), pp. 27-46.
- González y González, L. (1985). *Otra invitación a la microhistoria*. Biblioteca Digital del Ilce. <http://bibliotecadigital.ilce.edu.mx/sites/fondo2000/vol1/otra-invitation/html/2.html>.
- Runia, E. (2007). Burying the dead. *History and Theory*, 46(26). <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1468-2303.2007.00412.x>.